

À Prefeitura Municipal de Diamantino - MT

Assunto: Recurso Administrativo

Tomada de Preços: **006/2020**

Prezada Presidente de Comissão Permanente de Licitação;

A **TITANIUM ENGENHARIA EIRELI** inscrita no CNPJ nº 20.103.907/0001-93, apresenta a V.Sa., de forma tempestiva nos termos da Lei nº 8.666/94, recurso referente à habilitação da empresa **G DE ALMEIDA BRITO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP**, e demais apontamentos com relação as demais empresas que já foram inabilitadas por esta CPL.

I. DAS RAZÕES

A Equipe Técnica da PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, informa que a **G DE ALMEIDA BRITO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP** foi **habilitada**, alegando ser suficiente ter como seu responsável técnico, seu proprietário. Portanto não sendo necessário a ART de cargo e função para comprovação do vínculo empregatício. Além disso, não apresentou a declaração de que trata o Anexo XV do edital no envelope de HABILITAÇÃO.

Que pese o profundo respeito e acatamento da RECORRENTE a esta digna CPL, entendemos necessária **reanálise do motivo da habilitação da empresa**.

II. DAS JUSTIFICATIVAS

É necessário reanálise do motivo da habilitação da empresa **G DE ALMEIDA BRITO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO** em função de:

1. Ausência de ART de Cargo e Função;
2. A empresa não apresentou declarações/Anexos. Já cita-se aqui o anexo XV (DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA). Cumpre ressaltar que em outra ocasião, quando ocorreu o processo licitatório Tomada de Preços 001/2020, a TITANIUM Engenharia foi INABILITADA por esta mesma situação. E como consta no Processo Administrativo 103/2020, no dia 18/05/2020, nosso recurso não foi aceito pela CPL.
3. Não possui Atestado para execução do serviço de maior relevância.
4. Verificamos que a empresa possui pendências junto a Sefaz/PGE do Estado de Mato Grosso conforme consulta realizada no dia 26/06/2020, às 09:16:55.



5. Verificamos que a empresa possui débitos trabalhistas conforme consta na certidão 14844194/2020 emitida no dia 26/06/2020, às 12:36:36.

III. DEMAIS EMPRESAS

Neste item, apresentamos apontamentos para manutenção da inabilitação das seguintes empresas:

1. Empresa LIDER INCORPORADORA E ENGENHARIA EIRELI – ME

- a. A empresa não apresentou a declaração de que trata o anexo XV (DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA)
- b. A empresa não apresentou ART cargo e função. (Item 7.10.7.1)
- c. Adicionalmente o responsável técnico indicado não é o Socio/Proprietário.
- d. Falta da certidão de débito com a Prefeitura de Diamantino (Item 7.9.7)
- e. Falta da certidão Negativa de Idoneidade (Item 7.9.10).

2. JRM CONSTRUÇÕES EIRELI

- a. A empresa não apresentou a declaração de que trata o anexo XV (DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA)
- b. Falta anexos XIV e XIX
- c. A empresa não apresentou ART cargo e função (Item 7.10.7.1)
- d. A empresa JRM CONSTRUÇÕES EIRELI não apresentou as certidões PGFN e PGE. (Item 7.9.4 e Item 7.9.5)

3. JM NAVES DE OLIVEIRA EIRELI

- a. A empresa não apresentou cédula de identidade de todos os sócios (Item 7.8.1)
- b. Falta da certidão de débito com a Prefeitura de Diamantino (Item 7.9.7)
- c. A empresa não apresentou ART Cargo e função (Item 7.10.7.1)

IV. DOS FATOS

1) AUSÊNCIA DE ART DE CARGO E FUNÇÃO:

A TITANIUM Engenharia ratifica a solicitação de inabilitação da empresa G DE ALMEIDA BRITO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO (e manutenção da inabilitação das demais empresas), por não terem apresentado ART de Cargo e Função, a qual foi exigida neste certame.

Conforme verificado na legislação vigente, a **ART de Cargo e Função** é um dos documentos OBRIGATÓRIOS para Inclusão de Responsável Técnico por empresa junto aos **CREA's**, conforme estabelece o CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA.

No caso do CREA Mato Grosso, esta obrigação pode ser conferida na “RELAÇÃO DE DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS”, junto ao REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO, que poderá ser baixado no site



<https://www.crea-mt.org.br/portal/documentos-obrigatorios/>, *Requerimento para inclusão de Responsável Técnico por Empresa (empresa que já possui registro).*

O **vínculo do Profissional**, tanto com pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado, **obriga à anotação de responsabilidade técnica-ART** de desempenho de cargo ou função técnica.

Ou seja, a ART de Cargo ou Função é um item obrigatório junto ao CREA e **foi exigido no Edital** de Licitação desta TP, para justamente **comprovar** o **vínculo do Profissional**.

Ora, se ART de Cargo ou Função é exigida para comprovar atividade profissional junto à empresa, **INDEPENDENTE** se este profissional for contratado/empregado ou o Sócio/Administrador/Dirigente da empresa.

A ART de Cargo e Função **não é para comprovação do vínculo empregatício**.

A ART de Cargo e Função é para atribuição de um profissional como **Responsável Técnico** junto às empresas.

A ART de Cargo ou Função é o PRIMEIRO critério que o CREA exige para que o profissional se torne RESPONSÁVEL TÉCNICO por uma empresa.

Cumprе ressaltar que um **engenheiro ou arquiteto pode ser proprietário de qualquer empresa**, entretanto ser sócio/proprietário **isto não o torna RESPONSÁVEL TÉCNICO pela mesma**. Somente com a emissão da ART isto é possível.

Conforme já orientado pelo TCU, a Constituição Federal prevê, no seu art. 37, XXI, a contratação de obras, serviços, compras e alienações mediante a observação do **princípio da isonomia**, assegurando a todos os concorrentes a igualdade de condições. A obrigatoriedade da aplicação do princípio é reiterada no art. 3º da lei 8.666/93.

Quando se exige somente ART de Cargo ou Função para o profissional contratado/empregado e **NÃO** para Sócio/Administrador/Dirigente da empresa, está havendo um **tratamento não isonômico com os profissionais**, e **também com as empresas participantes do certame**, estando em desacordo com a LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a **observância do princípio constitucional da isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, **do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos**.

Ora, se ART de Cargo ou Função foi **exigida para um profissional**, tem que ser **exigido para outros quaisquer também**.



Verifica-se no item **7.10.5 do Edital** que foi exigida Certidão do CREA para o profissional, independente se for contratado ou sócio/proprietário:

7.10.5 - Comprovação de a Licitante possuir em seu quadro de pessoal, na data da licitação e constante da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA.

Entretanto, para o profissional estar incluído e **constar como responsável** na referida Certidão, **deve possuir ART de Cargo e Função válida**.

Visando trazer luz à esta CPL, verificamos a Seção VIII da Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do Confea estabelece que:

Da ART de Cargo ou Função

Art. 43. O **vínculo para desempenho de cargo ou função técnica**, tanto com pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado, **obriga à anotação de responsabilidade técnica no Crea** em cuja circunscrição for exercida a atividade.

A ART de Cargo ou Função foi exigida para comprovar atividade do profissional junto à empresa, **INDEPENDENTE** se este **profissional for contratado/empregado ou o Sócio/Administrador/Dirigente da empresa**, conforme estabelece § 1º do artigo 43 e o artigo 45:

§ 1º A ART relativa ao desempenho de cargo ou função deve ser registrada após assinatura do contrato ou **publicação do ato administrativo de nomeação ou designação, de acordo com as informações constantes do documento comprobatório de vínculo do profissional com a pessoa jurídica**.

Art. 45. O registro da ART de cargo ou função **somente será efetivado após a apresentação no Crea da comprovação do vínculo contratual**.

Parágrafo único. Para efeito desta resolução, o vínculo entre o profissional e a pessoa jurídica pode ser comprovado por meio de contrato de trabalho anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contrato de prestação de serviço, livro ou ficha de registro de empregado, **contrato social, ata de assembleia ou ato administrativo de nomeação ou designação do qual constem a indicação do cargo ou função técnica, o início e a descrição das atividades a serem desenvolvidas pelo profissional**.

Art. 46. Compete ao profissional cadastrar a ART de cargo ou função no sistema eletrônico e à pessoa jurídica efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro no Crea da circunscrição onde for exercida a atividade.

Conforme verifica-se acima, “estar” no Contrato Social (ou qualquer outro documento legal), como Proprietário/Sócio/Administrador/Dirigente da empresa, não o exime de estar registrado no CREA, mediante a emissão da ART de Cargo ou Função, **caso queira ser também Responsável Técnico** pela sua empresa.



Ou seja, ser Engenheiro sócio/proprietário não o obriga a ser o Responsável Técnico. Qualquer Engenheiro pode ser proprietário de quantas empresas quiser e não ser responsável técnico por nenhuma, já que pode colocar qualquer outro profissional nesta função.

Entretanto qualquer um que **queira ser também Responsável Técnico**, deverá emitir ART de Cargo ou Função, conforme exigência do CREA.

Não observar isto pela CPL, não haverá um **tratamento isonômico com os profissionais**, e **também com as empresas participantes do certame**, estando em desacordo com a LEI N° 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

Neste sentido, solicitamos a inabilitação da empresa G DE ALMEIDA BRITO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP e demais empresas que também não apresentaram.

2) AUSÊNCIA DE DECLARAÇÕES E ANEXOS:

Reiteramos que a empresa G DE ALMEIDA não apresentou o **ANEXO XIV** no envelope de HABILITAÇÃO, sendo **parte integrante e obrigatório do Edital**.

Se a empresa apresentou o Anexo XIV no Credenciamento, apresentou no local **incorreto, e não se atentou ao Edital**, pois esta Declaração não deveria estar ali.

O único Anexo que poderia ser entregue **fora do envelope** de Habilitação é o **Anexo VIII**, conforme item 3.9. Vejamos que o estabelece o Edital:

3. DO CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DAS EMPRESAS

3.4 Para que a Comissão Permanente de Licitação credencie o representante legal da empresa, este deverá, obrigatoriamente, apresentar os seguintes documentos:

- a)** Cópia do RG e CPF ou outro documento de identificação civil (apresentado em cópia autenticada ou simples desde que junto esteja o original);
- b)** Cópia do Contrato Social ou documento equivalente (apresentado em cópia autenticada ou simples desde que junto esteja o original);
- c)** Termo de Credenciamento assinado pelo Sócio Administrador da empresa, via original (Modelo Anexo VII) ou Procuração por instrumento público/particular, conferida pelo Sócio Administrador da empresa, com firma reconhecida em Cartório.

3.8 Os envelopes de habilitação e proposta de preços devidamente lacrados serão entregues a Comissão Permanente de Licitação ao adentrar-se na sala.

3.9 Após o credenciamento, cada licitante (ou representante) **apresentará fora dos envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação:**

- a)** Declaração escrita de que conhece todo o conteúdo do edital e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e experiência na execução do objeto contratado (**Anexo VIII**).

9 - HABILITAÇÃO – JULGAMENTO



9.3 - Pela ordem alfabética, e sempre nesta ordem serão convidadas as empresas licitantes, através de seus representantes legais, para apresentarem suas respectivas credenciais, bem como seus envelopes de “HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS”.

9.5 - Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação exigido no Edital e não apresentado na reunião destinada à habilitação, ressalvada a hipótese de greve dos órgãos que emitem dos documentos.

Reiteramos também que a empresa G DE ALMEIDA não apresentou a DECLARAÇÃO (Anexo XV) **como parte integrante e obrigatório do presente Edital.**

O ANEXO XV (DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA) trata-se de uma **declaração obrigatória, rotineira, cotidiana e fundamental nos certames**, não sendo possível alegar desconhecimento.

A alegação desta CPL que o referido documento “**estaria supostamente**” juntado à outro envelope, **não merece prosperar**. Cada fase da licitação deve ser respeitada tanto pelos licitantes quanto pela Administração Pública.

Ressalta-se que **recentemente nesta mesma Prefeitura Municipal, por este mesmo motivo, a TITANIUM Engenharia foi inabilitada** na Tomada de Preço 001/2020.

O STJ possui o entendimento de que **os interessados no certame estão condicionados ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em Edital** que é a lei do certame, cujas regras vinculam **tanto a Administração quanto os interessados**.

ASSIM, NÃO SERÁ POSSÍVEL A CONTINUIDADE DA EMPRESA NO CERTAME. PORTANTO, SE QUALQUER EMPRESA NÃO ENTREGA DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA, IMPORTARÁ NA EXCLUSÃO DO LICITANTE DO CERTAME.

Neste sentido, ainda sobre a **vinculação ao edital**, Marçal Justen Filho afirma que “Quando o edital impuser comprovação de certo requisito não cogitado por ocasião do cadastramento, será indispensável a apresentação dos documentos correspondentes por ocasião **da fase de habilitação**” (Pregão. Comentários à Legislação do Pregão Comum e do Eletrônico, 4ª ed., p. 305).

Por fim verifica-se que a **não apresentação de documentos essenciais ou básicos em licitações**, ou ainda a apresentação de documentos **em momentos/fases ou locais inadequados, atrapalham e prejudicam o regular andamento do procedimento licitatório.**

O que restou demonstrado é que o licitante, por desatenção, deixou de respeitar as regras do Edital, e cabe à esta Prefeitura Municipal o tratamento isonômico entre os licitantes, conforme a Constituição Federal e Lei 8.666/93, mediante a observação do



princípio da isonomia e tratamento igualitário, inclusive com outros casos em concreto acima expostos.

Neste sentido, solicitamos a inabilitação da empresa G DE ALMEIDA BRITO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP.

3) AUSÊNCIA DE ATESTADO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Verificamos que a empresa G DE ALMEIDA BRITO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP não possui Atestado para execução de parte dos serviços.

Conforme pode-se constatar a empresa G DE ALMEIDA BRITO apresentou atestado pela Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, onde contém no item 6.6 da planilha de serviços (pág 795), o Fornecimento e Colocação de **Telha Metálica Trapezoidal**, Pré-Pintada, Tpr35 Esp. 0.43mm:

6.6	Fornecimento e Colocação de Telha Metálica Trapezoidal Pré-Pintada Tpr-35 Esp. 0,43mm	M²	613,37		
-----	---	----	--------	--	--

Verifica-se que se trata do fornecimento de uma telha simples. Entretanto, conforme item 7.10 do Edital abaixo, verifica-se que o item cobertura, está vinculado ao **TELHAMENTO COM TELHA TERMOACÚSTICA** é um **item de maior relevância**, “devendo ser comprovado, no mínimo, 30% do item de maior relevância descrito na planilha anexa deste edital, segundo orientação do TCU”:

CONSTRUÇÃO DA ESCOLA – JOÃO BATISTA DE ALMEIDA			
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
9	9.3	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019.	455,14

Verifica-se que no presente Edital de CONSTRUÇÃO DE ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BATISTA, o item 9.0 COBERTURA, é responsável por **18,84% do orçamento total**, sendo ofertado o valor de R\$ 475.943,54 para sua execução. Em segundo lugar, e bem longe, temos a 5.0 ESTRUTURA com 9,25%, atestando que o **telhamento** é o item de **maior relevância e valor significativo** do objeto. Cópia da planilha extraída do Edital:

9.0 COBERTURAS							475.943,54
ESTRUTURA METÁLICA							
9.1	AMM EST 001	FORNECIMENTO DE ESTRUTURA METÁLICA COM UTILIZAÇÃO DE PERFIS EM AÇO ASTM A36	KG	12.199,85	8,92	10,73	130.902,24
9.2	AMM EST 002	MONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA	KG	12.199,85	2,55	3,06	37.330,93
COBERTURA EM TELHA TERMOACÚSTICA							
9.3	94216	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	1.517,13	166,88	200,84	304.700,39
CUMEEIRA							
9.4	AMM CIV 018	CUMEEIRA NORMAL PARA TELHA TRAPEZOIDAL DE AÇO, E=0,5MM, INCLUSO ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO E IÇAMENTO. AF_07/2019	M	71,53	34,97	42,08	3.009,98

Marcelo M. J. de Araujo
Eng. Civil
CREA-MT 033087



Importante destacar que para fins de verificação da qualificação técnica, a Administração **poderá exigir** dos licitantes a apresentação de atestados de desempenho anterior que **demonstrem sua capacidade técnica**. Visando preservar a competitividade do certame, todavia, tal exigência somente será válida relativamente **às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto**, nos termos do art. 30, inc. I, § 1º da Lei nº 8.666/93.

Cabe à Administração indicar no edital da licitação, qual é a parcela de maior relevância técnica e valor significativo, pois é com base nela que o licitante irá demonstrar sua capacidade técnica. E foi **exatamente isto que a Prefeitura Municipal fez, indicando claramente a todos os licitantes** no item **7.10 do Edital**, as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, dentro outros, conforme a seguir:

CONSTRUÇÃO DA ESCOLA – JOÃO BATISTA DE ALMEIDA			
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
9	9.3	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019.	455,14

Ou seja, se a obra prevê TELHA TERMOACÚSTICA, se **a Prefeitura exigiu no item 7.10** como item de maior relevância o Telhamento com **Telha Termoacústica**, somente empresas que possuam qualificação para tal podem executar o serviço, principalmente por se o item de MAIOR RELEVÂNCIA.

Ou seja, resta claro que a execução do serviço de cobertura é o principal desta obra, somente sendo possível ser executado adequadamente por empresas que possuem Atestado para tal. Conforme item 9.3, trata-se de TELHA TERMOACÚSTICA (ou conhecida como **telha sanduíche** com isolamento propriamente dito, que pode ser de isopor (EPS), de poliuretano (PU) ou de lã mineral (rocha ou vidro)), que é totalmente diferente da **Telha Metálica Trapezoidal Simples** apresentada pela licitante.

As técnicas de instalação, aliadas às Sobrecargas e distanciamento entre telhas sanduíche, bem como técnica de manuseio, cuidados no transporte e armazenamento (cuidados no descarregamento) são **fundamentais para qualidade do material isolante**. Se não for executado adequadamente pode danificar o Isolamento com Poliestireno/Poliuretano, impactando diretamente em vazamentos, durabilidade e toda a vida útil da cobertura, bem como tudo que estiver sob a mesma.

É importante mencionar que, para que uma edificação receba corretamente a aplicação das telhas termoacústica/sanduíche, sua instalação precisa estar prevista desde o projeto, e ser executada adequadamente para tal.

Ou seja, permitir que o serviço seja executado por uma empresa que não possui comprovação de sua expertise para tal, é arriscar em comprometer todo o investimento aplicado, durante e após a conclusão da obra, **trazendo prejuízos para a administração pública e população beneficiada**.



Neste sentido, solicitamos a inabilitação da empresa G DE ALMEIDA BRITO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP.

V. DOS PEDIDOS

Por estes motivos solicitamos por esta digna Comissão Permanente de Licitação, a **inabilitação** da empresa G DE ALMEIDA BRITO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP e manutenção da inabilitação das demais empresas.

Nestes termos, pede deferimento.

Várzea Grande – MT, 25 de junho de 2020.



TITANIUM ENGENHARIA EIRELI
CNPJ: 20.103.907/0001-93

Anexo I – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas (G DE ALMEIDA)
Anexo II – Certidão Conjunta de Pendências Sefaz/PGE (G DE ALMEIDA)
Anexo III – Julgamento de recursos Administrativos TP001/2020

